

Entre o riso e a dor: setenta anos após 1945

Between laughter and pain: seventy years after 1945

Bibiana Werle¹

Resumo: Setenta anos após o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, as memórias de descendentes de imigrantes alemães que vivenciaram este período em um município do Rio Grande do Sul trazem à tona lembranças sobre um tempo marcado por proibições em relação a suas representações de caráter étnico. Por meio de narrativas obtidas pela metodologia da História Oral, e de textos memorialísticos, este artigo analisa situações que envolvem distintas temporalidades: as experiências vivenciadas num passado relacionado a lembranças dolorosas em meio a um presente marcado pelas festividades étnicas.

Palavras-chave: Estado Novo, Etnicidade, Rio Grande do Sul.

Abstract: Seventy years after the end of the Estado Novo and World War II, the memories of German immigrants' descendants who lived through this period in a town of Rio Grande do Sul, bring up memories of a time marked by prohibitions regarding their representations of ethnic character. By means of narratives obtained via the methodology of Oral History, and memoirs, this paper analyzes situations involving different time frames: the experiences lived in a past related to painful memories amid a present marked by ethnic festivities.

Keywords: Estado Novo, Ethnicity, Rio Grande do Sul.

1 Dançando conforme a música

Maio de 2015. O município de Estrela, no Rio Grande do Sul, comemora seus cento e trinta e nove anos de emancipação². Na programação dos festejos, organizados pela Prefeitura Municipal, eventos como o Torneio do Boi, os Jogos Germânicos e o quinquagésimo Festival

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: bibiwerle@gmail.com.

² O município de Estrela se localiza na região centro-leste do estado do Rio Grande do Sul e passou a integrar o processo colonizatório de imigrantes alemães por via das colônias particulares que se estabeleceram na região a partir de 1853.

do Chucrute, nos permitem observar o caráter étnico das atividades organizadas pelo poder público. Na imprensa local, a associação do aniversário do município à imigração alemã, traduz-se nas reportagens que fazem a cobertura dos acontecimentos³: “Com trajes típicos, os dançarinos dos grupos folclóricos executavam passos firmes no salão todo ornamentado ao estilo germânico, enquanto o público assistia ao espetáculo e servia-se do banquete: chucrute, joelho de porco, chopp e cerveja para os adultos.”⁴ O tom comemorativo presente em folders, na imprensa local e nos outdoors que divulgam o evento em Estrela, ao mesmo tempo em que enfatiza uma identificação do município a uma cultura germânica, invisibiliza outros grupos étnicos que também compõem o conjunto de habitantes locais. Analisando historicamente processos de identificação étnica, no entanto, observamos como os mesmos são dinâmicos e reelaborados nos diferentes contextos políticos e sociais aos quais esses grupos estão inseridos⁵. Lembrando-se de um passado no qual a liberdade de manifestar-se através do idioma alemão era censurada em Estrela, por exemplo, Silvino⁶ narra as dificuldades que teve para se adaptar à nova conjuntura escolar dos anos 1940:

Nos dois primeiros anos [da escola] eu ainda escrevia em alemão, depois vieram as guerras e coisas, e aí começaram a proibir. Aí cada um ganhou um livro em tradução, alemão para o português. E eu já escrevia em alemão tudo, e então foi uma coisa pesada. Foi de uma semana pra outra. O delegado daqui era muito rígido na época. Foi uma transição meio rápida. A gente não sabia nada e não podia nem falar em alemão.

Há cerca de setenta anos, muitos imigrantes alemães e seus descendentes no município de Estrela passaram por situações que destoam

³ Sobre a midiaticização do acontecimento na contemporaneidade, cf. DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.

⁴ PRIMEIRO baile típico reúne quase 2 mil. *Jornal Nova Geração*. 22 maio 2015, Especial Aniversário de Estrela, p. 10.

⁵ Cf. POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.

⁶ BIRCK, Silvino. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonora. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

das comemorações que observamos atualmente. Durante o Estado Novo, situações de intervenção escolar sobre o ensino em idioma alemão como as descritas por Silvino – combinadas por confiscos de objetos que tivessem alguma ligação com a Alemanha, por perseguições seguidas de casos de prisão e tortura àqueles que se expressavam em idioma alemão, além do fechamento de associações culturais e a proibição da imprensa bilíngue – não fizeram parte apenas da trajetória histórica de Estrela, como também de diversas outras localidades marcadas pela imigração alemã, italiana e japonesa no Brasil.

Inserindo o país em um projeto de modernização pelo qual passava a ideia de unificação das “partes da nação” – descentralizadas em função do forte poder político regional durante a primeira república – o projeto político varguista passava pela questão da identidade nacional que, por meio de um governo autoritário e centralizador, traduziu-se na chamada Campanha de Nacionalização. Criada pelo Decreto Decreto-Lei 383, de 18 de abril de 1938⁷, mas intensificada a partir da declaração de guerra do governo brasileiro a Alemanha em 1942, a repressão aos imigrantes alemães e seus descendentes, caso aqui especificado, atingiu de maneira inesperada a vida pública e privada de muitos moradores do município de Estrela. Neste artigo, focamos as diversas maneiras de intervenção a que estas pessoas estiveram sujeitas: por meio das narrativas obtidas através da metodologia da História Oral e de textos memorialísticos, algumas das “franjas” da Segunda Guerra Mundial no Brasil, como se refere Fáveri⁸ ao analisar as consequências da guerra no país, são pesquisadas no âmbito das memórias sobre este processo em um município do Rio Grande do Sul.

2 Vozes presentes sobre o passado

⁷ Entre as proibições aos estrangeiros que estivessem em território nacional, o decreto-lei 383 os vedava de “[...] manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferências, discursos, alocações, diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão.” (Decreto-Lei 383, de 18 de abril de 1938, Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências, Art. 2º, § 5). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 set. 2015

⁸ FÁVERI, M. de. **Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. 2. ed. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

A busca por testemunhos sobre o processo de nacionalização, reforçado pela entrada do Brasil na guerra ao lado Aliado em 1942, nos leva a uma reflexão sobre a margem tênue existente entre história e memória. Além de compreendermos a particularidade desta, como algo relacionado ao que é íntimo das pessoas, consideramos seu caráter coletivo de construção, alimentado também pela história, e sua característica de ser submetida a flutuações e transformações em relação ao tempo presente, como observa Pollak⁹. A memória é uma forma de representação do passado construída a partir da forma como as pessoas concebem, sentem, significam o mundo, pois carrega aspectos de acordo com nossas formas de identificação, como evidencia Thomson¹⁰:

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, o que pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser.

Ao registrar as memórias dos descendentes de imigrantes alemães, cabe enfatizarmos os “muitos tempos da memória”. Enquanto que o passado é o tempo em que se desenrolaram os acontecimentos contados, e o presente é o tempo da redação da narrativa, a memória tem um papel intermediário entre essas duas temporalidades¹¹. Nesse sentido, ao analisar as memórias dos descendentes de imigrantes alemães e os textos memorialísticos, nos orientamos pela perspectiva de que as narrativas foram construídas a partir de temporalidades distintas, nas quais a memória acerca do processo da nacionalização foi sendo reformulado de acordo com as experiências de vida de cada um deles.

Realizadas num período bastante posterior ao Estado Novo, tanto as narrativas obtidas através da História Oral, quanto os escritos memorialísticos aqui analisados, se inserem em um contexto de revalorização dos grupos étnicos, que se fortaleceu a partir dos anos 1950 no Rio Grande do Sul. Ao analisar esta questão na zona de colonização

⁹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

¹⁰ THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p.51-71, abr. 1997. p. 57.

¹¹ PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. **Projeto História**, São Paulo, n.17, p.203-211, nov. 1998. p. 206.

italiana do estado, Beneduzi¹², assim como Zanini e Santos¹³ exemplificam o caso da Festa da Uva – realizada em Caxias do Sul – que, em função das medidas proibitivas consequentes da Campanha de Nacionalização, foi interrompida entre os anos 1930 e 1940. Segundo as autoras, “Após este período repressivo, houve certo apagamento de manifestações mais públicas das vivências da origem italiana e também de culto à italianidade”¹⁴. O retorno das festas e manifestações de grupos étnicos, no entanto, foi retomado nas décadas seguintes, principalmente durante os festejos do centenário e sesquicentenário da chegada dos imigrantes italianos e alemães no Rio Grande do Sul, respectivamente. Em Estrela, os anos 1960 marcaram a criação do mais antigo conjunto de Grupos de Danças Folclóricas Alemãs do Brasil¹⁵, o que reafirma a condição dinâmica das formas de identificações étnicas que, conforme o período histórico, formulam, através de seus agentes, determinados símbolos para se representarem. Os textos memorialísticos escritos por habitantes locais se inserem neste contexto de renovação identitária do grupo étnico, num momento mais propício para se narrar as memórias, que envolvem sentimentos de ódio, raiva e intolerância.

Como tratamos de narrativas individuais, enfatizamos que tanto o autor dos textos memorialísticos analisados – Leandro Lampert¹⁶ – quanto os entrevistados eram bastante jovens em 1942, quando da intensificação da repressão aos imigrantes e seus descendentes, de acordo com Gertz¹⁷. Quando se refere às memórias de criança, Halbwachs¹⁸ afirma que a

¹² BENEDUZI, Luís Fernando. Festa da Uva e política fascista: narrativa de operosidade e resgate de italianidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA: COMEMORAÇÕES, 26. *Anais do...* São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 1-11. p. 8.

¹³ ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, M. O. As estas da Uva de Caxias do Sul, RS (Brasil): historicidade, mensagens, memórias e significados. *Artelogie*, n. 4, p. 1-13, 19 jan. 2013.

¹⁴ *Ibid.*, p. 3.

¹⁵ Criados em 1964 e mantidos ainda atualmente pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil no município, os Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela contam hoje com a participação de 420 estrelenses, tendo como objetivo “manter viva a cultura da dança folclórica trazida pelos imigrantes alemães ao estado”, segundo as informações divulgadas no site dos Grupos: <http://www.gruposfolcloricosdeestrela.com.br/>. Acesso em: 12 set. 2015.

¹⁶ LAMPERT, Leandro. “Muita coisa para contar... crônicas da minha infância”. Lajeado: Evangraf, 2011.

¹⁷ GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991. p. 65.

¹⁸ HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. p. 82.

sensação de preocupação que atitudes de adultos podem transmitir diante de determinados fatos, possibilita à criança saber que tal situação merece ser retida: “Se nos lembramos, é porque sentíamos que a nossa volta todos se preocupavam com ele [o acontecimento]. Mais tarde, compreenderemos melhor por quê.”. Observamos, então, que o memorialista e os entrevistados se lembram de determinados episódios porque se envolveram numa corrente mais ampla do pensamento coletivo, “[...] num contexto de preocupações que devem ter surgido nele [neles] durante esse período”¹⁹. O fato de os depoentes se lembrarem de muitos acontecimentos dos quais “ouviram falar” nos remete, ainda, à concepção evidenciada por Pollak²⁰ de que, além dos acontecimentos, a memória também é constituída por pessoas, personagens, e por lugares, que igualmente podem ser lembranças vivenciadas ou vividas por tabela. Neste último caso, podem se tratar de transferências, projeções que se remetem a outros eventos vividos pela pessoa, e não aquele que ela relaciona em sua memória. No quadro abaixo, anunciamos os entrevistados que compuseram as narrativas analisadas neste trabalho:

Quadro 1: Entrevistados.

Nome	Ano de nascimento	Ocupação em 1942
Antônio Victório Bohn	1928	Estudante e cozinheiro de um professor
Delcia Laci Lohmann Freitas	1933	Estudante
Eli Hart	1931	Estudante
Ermilda Jaeger	1926	Estudante
Gerda Agnischock Müller	1926	Estudante
Hertha Regina Birck	1929	Estudante e agregada em uma casa de descendentes de imigrantes alemães
Ida Hammes Mallmann	1928	Estudante e ajudante da mãe em um hotel da família
Martha Maria Petry	1927	Estudante
Pedro Waldemiro Müller	1929	Estudante

Continua...

¹⁹ HALBWACHS, *loc. cit.*

²⁰ POLLAK, 1992, p. 201.

Nome	Ano de nascimento	Ocupação em 1942
Renate Hilgemann	1941	
Silvino Birck	1926	Estudante
Sonha Emília Balensifer	1920	Dona de casa
Tea Mathilde Becker Hunemeier	1931	Estudante
Wally Edel Lohmann	1935	Estudante
Walter Jaeger	1928	Estudante

Fonte: A autora (2015).

3 A guerra foi (também) aqui

As narrativas sobre o processo de nacionalização analisadas, nos demonstra a repressão sofrida pelos imigrantes alemães e seus descendentes em seu cotidiano, bem como os desdobramentos que esta questão envolvia. Relatos de confisco de objetos, rixas pessoais, abuso de poder, perseguições e delações, assim como as punições àqueles que não se comportavam como “brasileiros”, nos permitem observar as conflituosas relações sociais que permeavam o dia a dia dos imigrantes alemães e seus descendentes durante o Estado Novo. Em contrapartida a estas situações, no entanto, suas narrativas também evidenciam as diferentes táticas utilizadas driblar as ações desencadeadas pelos agentes do governo, pelos policiais locais e pelos “infiltrados” – civis que não trabalhavam para a Delegacia de Polícia, mas se infiltravam entre os imigrantes e descendentes a fim de delatá-los. Os infiltrados costumavam ser chamados de “deutscher Fresser” pelos imigrantes alemães e descendentes, que significava “comedor de alemão” em português, segundo os mesmos.

A repressão àqueles que não estavam adequados com o perfil de “brasileiros”, por não falarem o idioma nacional, por exemplo, é constante nas narrativas sobre o processo da nacionalização. Todos entrevistados têm alguma memória sobre perseguições, confisco de objetos e delações. As mulheres, que em sua maioria pouco falavam sobre questões que não estivessem relacionadas ao ambiente familiar e doméstico, também se lembram destas situações. Torna-se impossível, portanto, escrevermos sobre este período histórico sem evidenciarmos a repressão que envolveu a vida cotidiana destas pessoas. O contexto histórico de guerra oportunizou o

aflorescimento de antigas rixas pessoais, brigas entre vizinhos e disputas por poder. Os “alemães”, como narram os entrevistados, eram denunciados pelo simples motivo de reunirem-se em grupos em suas residências, por ser considerado quinta-colunismo. Segundo Fáveri, ao estudar o contexto catarinense da Campanha de Nacionalização,

Oportunizada a denúncia, ficavam legitimadas as detenções e por esse motivo a intolerância ultrapassou fronteiras do admissível e entrou nos espaços privados: o medo silenciou e levou à autovigilância; era um tempo de perseguição, de rancores²¹.

Muitas vezes, os infiltrados deduravam alguém em troca de algum dinheiro ou até alimentos. O historiador local, José Alfredo Schierholt²² afirma que: “Para receber favores ou praticar vingança, muitas pessoas se escondiam junto às paredes para ouvir, no recesso do lar, em reuniões familiares e comunitárias, a fala estrangeira, nem que fossem orações.” Em relação aos entrevistados, um fato que envolveu um conhecido infiltrado entre os depoentes de Estrela é narrado por Eli²³. Durante a Campanha de Nacionalização, era comum a invasão policial nas residências dos imigrantes alemães e seus descendentes para averiguar se havia na casa algum livro ou objeto que se remetesse a Alemanha. Na casa dos pais de Eli, havia um antigo diário que pertencera ao seu avô. O diário, que descrevia a viagem feita pelo avô no percurso entre Alemanha e Brasil, não teve o destino desejado pelos familiares, que até hoje ressentem o fato, como explica Eli:

O pai do meu pai, que eu não conheci, era alemão, ele veio da Alemanha com um livro em que tomou nota de toda viagem. Não sei se são dezoito meses ou oito meses viajando em alto mar. O vô anotava num livro tudo, que ele veio da Europa, a viagem, tudo. Mas escrito em alemão. Daí ele [o infiltrado] foi [e disse]: ‘pega lá’, e tocou fogo no livro. Ele era carrasco mesmo [...] ele era tão cretino que [dizia]: ‘pra não te prender, eu quero linguiça, quero banha’. Essa

²¹ FÁVERI, 2005, p. 113.

²² SCHIERHOLT, José Alfredo. **Lajeado I**: povoamento, colonização, história política. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992. p. 166.

²³ HART, Eli Esaias. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonora. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

cretinisse. Mas não era só ele, tinham muitos em outros lugares. O meu irmão tem ódio hoje ainda do [infiltrado] [...].

Outra ação de um infiltrado é lembrada por Wally²⁴:

Isso foi aqui em Lajeado²⁵, isso eu me lembro [de] que tinha um, eu não lembro o nome dele, então ele passava nas casas e quem falava alemão ele denunciava. Ele era aquele brasileiro puro, nato... Então ele passava e escutou o nosso vizinho que tinha padaria, o Kipper, Joair Kipper, e ele escutou e ele foi pra cadeia. Tava falando alemão dentro de casa com a mulher dele.

Segundo narram alguns entrevistados, nem as palavras ditas dentro de casa eram poupadas, e a fala de Ida²⁶ expressa também a ideia de que alguns delatores pudessem ter como objetivo receber algum benefício em troca da delação: “Tinha lá o Mallmish[?], que ele adorava contar as coisas para a polícia para ele ganhar...”. Quando questionada sobre o que o infiltrado queria ganhar, Ida afirma: “Não sei, a confiança da polícia, né? Não sei se ganhava alguma coisa por fora... Ficava espionando nas casas pra ver se alguém falava alemão, para contar para eles...”. De acordo com Cancelli²⁷, que analisou a violência durante o Estado Novo, o fato de haver registro de delações significava que os objetivos repressivos da Campanha de Nacionalização estavam sendo alcançados, pois:

Sob uma estratégia de poder embasada no pressuposto de que formas discordantes de pensamento ou ação queriam dizer sentimentos antipatrióticos e indignos, e que o terror e o medo eram indispensáveis para manter a salvo os lares e as famílias, a população agia mais uma vez como delatora.

²⁴ LOHMANN, Wally Edel. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonora. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

²⁵ Lajeado é um município vizinho a Estrela.

²⁶ MALLMANN, Ida Hammes: depoimento. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonora. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

²⁷ CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia política da era Vargas. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1993. p. 140.

Para não serem surpreendidos por algum infiltrado ou policial, portanto, cabia aos considerados “alemães” esconderem os objetos e livros que aludiam, de alguma forma, a Alemanha. Ao escrever sobre este tema, o memorialista Leandro Lampert²⁸ se lembra das apreensões:

Espingardas de caça e revólveres de defesa pessoal foram confiscados dos suspeitos, sem recibo. Seus registros de propriedade foram requisitados com endosso em branco e sumiram-se na neblina. Rádios, automóveis, máquinas fotográficas também. O telefone, telégrafo e o correio censurados. Se alguém tivesse sobrenome alemão, já era suspeito. Se abandonado ou influente, já era um sujeito perigoso. Se fosse evangélico, muito pior. Se tivesse sido membro da Ação Integralista já era considerado um traidor em potencial e nefasto espião do Eixo. Criou-se um clima de terror e propício para extorsão de dinheiro de vítimas inocentes e indefesas. Eram obtidos ‘empréstimos’, que jamais seriam ressarcidos.

Martha²⁹ se recorda de quando visitava uma colega da escola, que era filha de um amanuense. Na casa da amiga, Martha se lembra de ver muitos livros apreendidos pelo pai da menina:

Eu tinha uma colega, ela fez o ginásio em Lajeado... Ela era filha do, aqueles tempos os senhores da polícia se dizia amanuense, na época o jardim, aí a gente fazia lições junto, ia junto no ginásio, aí eles tinham os livros em alemão que eles tinham apreendido, aí diz assim a mãe dela: ‘olha ali os livros da alemoadá’, que ali embaixo tava... Eu ficava bem quietinha e tudo, não abria a boca pra nada...

Gerda³⁰ também se recorda das invasões às residências quando lembra que seu pai queimou vários livros em idioma alemão no forno da sua casa, com medo de uma possível prisão. Em função desta possibilidade,

²⁸ LAMPERT, 2011, p. 8.

²⁹ PETRY, Martha Maria. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonora. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

³⁰ MÜLLER, Gerda Agnischock. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonora. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

Martha também narra as alternativas encontradas na família para impedir alguma intervenção: “A gente teve que esconder do lado do forno, onde tinha um defumador. A gente escondeu ali dentro. A gente tinha que esconder tudo! Nós tínhamos aquelas revistas alemãs e tudo... A gente teve que se desfazer de tudo”. Esta tensão provocada no cotidiano dos descendentes e imigrantes alemães, portanto, impulsionava muitos deles a encontrar maneiras para camuflar e esconder seus objetos, como também lembra Ermilda³¹: “É, porque as pessoas às vezes tinham um livro em casa em alemão, e eles escondiam com medo que eles viessem e iam ser presos...”. Sonha³² se lembra da história de um senhor que escondeu seus livros enterrando-os perto de uma árvore, e Walter³³ relata o que seus pais fizeram em sua casa: “Não, não... A gente tinha em casa livros em alemão e essas coisas, então a gente teve que dar um sumiço neles, né? Mas isso com certeza!”.

A possibilidade de que os considerados “alemães” estivessem escutando, através das ondas curtas de rádio, os discursos de Hitler, também era motivo de desconfiança pelos policiais. Para desviar a atenção desta e de possíveis outras suspeitas, muitos imigrantes alemães e seus descendentes arranjaram várias táticas para driblar a atenção dos policiais e infiltrados. Desse modo, as narrativas sobre as maneiras encontradas para escutarem o que os entrevistados chamam de “Deustschevelen” – a transmissão de notícias da guerra diretamente da Alemanha para o Brasil – se revelam curiosas, pois era preciso que se escondessem para ouvi-las. Como a quantidade de pessoas que tinha rádio no município era escassa devido ao alto preço do aparelho, como revelam os entrevistados, a solução era se reunirem nas casas daqueles que possuíam um rádio. Herta³⁴, que era agregada em uma casa de descendentes de imigrantes alemães, se lembra de

³¹ JAEGER, Ermilda. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

³² BALENSIFER, Sonha Emília. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

³³ JAEGER, Walter. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

³⁴ BIRCK, Hertha Regina. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

como os amigos e vizinhos da família faziam para saber das notícias sobre a Alemanha:

[...] a polícia desconfiava que tinha alguma coisa lá [na casa da família] mas eles não descobriam o que era. Porque eles [os que estavam reunidos na casa] faziam de conta que estavam ali [dentro], mas uma outra [pessoa] ficava no rádio e tomava nota das notícias, numa casinha de lenha. Tomava nota de como era: ‘tantas pessoas morreram, e isso aconteceu, e esses passavam fome’. [Notícias] da guerra lá da Alemanha. Deustschevelan, se diz, esse rádio alemão, pegava a notícia de lá. Ela tomava nota com atenção e então quando a polícia ia embora, ela saía e contava tudo para os outros que estavam lá reunidos. Ninguém desconfiava que lá tinha rádio, ou alguma coisa... era um galpão bem nos fundos da casa. Todos estavam nervosos, porque tinham pais e irmãos lá [na Alemanha].

A preocupação com os parentes, como observamos na fala de Herta, também é referida por Eli (que tinha um irmão participando da guerra) e por Gerda, que narra:

Então eu lembro que os dois [rádios], escondidos lá em casa, na sala assim, com tudo, janela, tudo fechado, tudo trancado para ouvir as notícias que a, como se diz, que as ondas curtas transmitiam. Então eles conseguiam pegar alguma coisa, para ter alguma notícia de lá [Alemanha], porque todos eles tinham parentes. Então era uma preocupação pelo parentesco também, né que ficou lá.

Eli conta que um de seus irmãos mais velhos costumava escutar rádio com amigos, enquanto que a mãe rezava: “A mãe quase não dormia. Como o meu irmão mais velho, eles iam no pai do Wagner, acho que duas vezes por semana eles iam escutar o Adolf Hitler lá, mas a mãe [dizia]: ‘isso ta proibido, vocês vão aí presos, eu vou deixar vocês’”. Pedro³⁵ se lembra do caso de um tio, que foi preso no município vizinho de Roca Sales por ser

³⁵ MÜLLER, Pedro Waldemiro. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

denunciado de que “estava transmitindo pra Alemanha de dentro do galinheiro [...]”.

Ida também se lembra de um irmão que ouvia rádio escondido: “Primeiro tempo, o meu irmão mais velho, este que faleceu primeiro, ele escutava Alemanha... escutava escondido sempre”. E Tea³⁶ narra o confisco realizado com o rádio do seu pai: “E aí eles recolheram o rádio do meu pai, e quem usou ele foi o delegado daquela vez que tava aqui na delegacia, e aí o pai era muito amigo. Aí dentro de um mês eles devolveram o rádio pra ele, mas ele veio todo lacrado, que ele não podia escutar a Alemanha...”. Considerado um objeto pertencente à elite, como afirma Renate³⁷, não era qualquer pessoa que tinha condições de comprar um aparelho receptor: “As pessoas de mais posses tinham rádio, mas os outros não tinham... depois que... ter um rádio era caríssimo”. Sendo assim, era comum formar grupos de amigos para ouvir as notícias da guerra na casa daqueles que possuíam o aparelho. A necessidade em se inteirar dos fatos também se dava em função de, como vimos, muitos imigrantes alemães e descendentes terem parentes vivendo na Alemanha.

As formas encontradas para não dar oportunidade para uma possível prisão eram diversas. Wally, apontando a mão para um relógio de parede na sala onde ocorreu a entrevista, se lembra de um episódio que envolveu o objeto. Aparentemente um relógio comum, o objeto escondia memórias sobre o “tempo da guerra”:

Eu sei que o vô do meu marido, ele tinha esse relógio, e esse relógio era da Alemanha... ele tinha uma águia assim em cima, a águia era o símbolo da Alemanha. Então eles contavam que tava roubando tudo, os rádios e relógios alemão, tudo... eles tavam tirando, né? Aí eles cerraram a águia e esconderam, enterraram ela, e nunca mais acharam (risos).

Outra maneira de passar despercebido pelos policiais, era alterar os nomes e sobrenomes que remetiam a uma descendência alemã. Silvino exemplifica isso contando que pessoas com o sobrenome Reis (pronunciado

³⁶ HUNEMEIER, Tea Mathilde Becker. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

³⁷ HILGEMANN, Renate. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

“Rais”, em alemão), “abrasileiravam” seu sobrenome pronunciando-o como Reis. Gerda recorda-se do caso de um menino que foi recomendado a se apresentar com um nome “brasileiro”: “[...] ensinaram ele em casa: ‘tu não fala alemão com ninguém, e se alguém te perguntar como é teu nome, teu sobrenome, tu diz que é Cardoso’. E não é que o guri até velho, agora, tinha o apelido de Cardoso!”. Outro comentário feito por Gerda, e que também é mencionado por Álvaro, é que os pais e avós costumavam avisar às crianças, que brincavam em frente de casa, que os informassem quando um policial passava perto da residência. Analisando o caso catarinense, Fáveri³⁸ também observou esta situação: “Em casa, as pessoas falavam baixo, sussurravam, e mantinham sempre alguém da família, geralmente uma criança, à espreita de algum desconhecido.”

Muitas vezes a proibição do idioma causava circunstâncias inconvenientes para os imigrantes alemães e seus descendentes e, legitimados pelas medidas restritivas, os policiais acabavam por abusar do seu poder de autoridade. O interesse por parte do Estado em proibir manifestações contrárias a sua proposta, conforme Carneiro³⁹, fazia com que este mantivesse regulamentos que se antecipassem ao risco de uma possível rebelião. Assim, “Esses regulamentos traduziam-se como ‘atos legais de violência’, dando a necessária autoridade à ação policial”. Um caso de abuso de poder policial é lembrado por Herta, que conta a história de uma idosa que, ao passar por policiais, deu-lhes bom dia em idioma alemão (*guten morgen*). O resultado foi, segundo a entrevistada, que um policial correu para pegar um balde de água e molhou a senhora “da cabeça ao chão”. Após contar o episódio, Herta afirma: “Isso eu nunca mais me esqueci”. Outra maneira comum de menosprezar os considerados “alemães” surpreendidos em flagrante falando em idioma alemão era obrigá-los a fazerem trabalhos públicos, como escreve Lampert⁴⁰:

Flagrado falando alemão, o preso era conduzido ‘por diante’ até a prisão, onde passava a noite em vigília junto com presos comuns na mesma cela. Na manhã seguinte, lhe era entregue um balde, um escovão e sabão, e forçado a lavar a latrina externa do presídio,

³⁸ FÁVERI, 2005, p. 115.

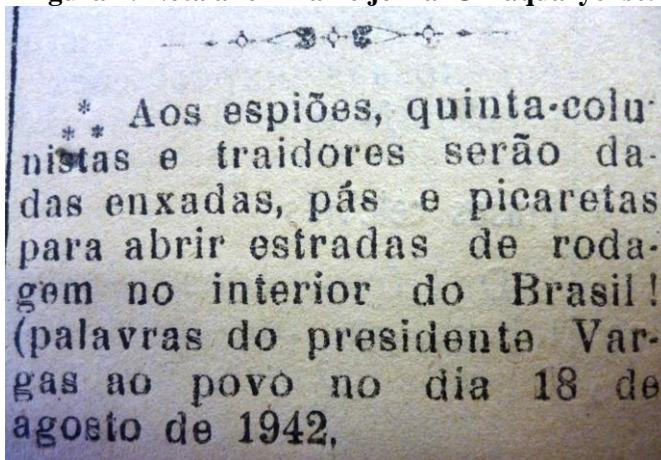
³⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o DOPS e a ideologia de segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 336.

⁴⁰ LAMPERT, 2011, p. 7-8.

que atendia os presos, soldados e visitantes. Depois de humilhado ao máximo era mandado para casa.

O cumprimento de serviços públicos como punição aos imigrantes alemães e descendentes que desrespeitassem as normas proibitivas foi bastante comum durante o Estado Novo, como anunciado anonimamente em nota do Jornal O Taquaryense⁴¹:

Figura 1: Nota anônima no jornal O Taquaryense.



Fonte: O TAQUARYENSE, ano LVI, n. 2842, p. 2, 26 set. 1942, Matéria Local.

Neste sentido, as irmãs Martha e Ida também narram um fato que envolveu o sogro da primeira:

Aí o meu sogro e o padre Inácio fugiram ligeiro pra casa, porque viram aquele cara que denunciava tudo, né? Pegaram e foram pra casa... mas pegaram uns quantos! Tinha a procissão de Corpus Christi, aí uns quantos colonos estavam lá capinando na praça enquanto a procissão passava...

⁴¹ O Taquaryense, um jornal de cunho familiar, é o segundo jornal mais antigo do Rio Grande do Sul em circulação. Fundado em 31 de julho de 1887 por Albertino Saraiva, em Taquari, é o único semanário no país que permanece sob o comando da mesma família e único na América Latina produzido artesanalmente através da utilização de tipos móveis metálicos.

Apesar de o sogro de Martha e o padre Inácio terem conseguido fugir do delator, as irmãs lembram que alguns considerados “alemães” – que não tiveram a mesma sorte – tiveram que cumprir serviços públicos como punição por haverem falado em idioma alemão, como expressa Ida: “Eles foram presos na época da procissão de Corpus Christi, aí eles botaram eles pra capinar para desaforo. Aí eles se ajoelharam lá... Foram presos também”. De acordo com Gertz⁴², “Assim, a ‘nacionalização’, na maioria dos casos, derivou muito mais da ojeriza que se tinha ao ‘exótico’ do que de fatos concretos que pudessem ser classificados como inequivocadamente ‘subversivos’”.

Quando escapavam de um serviço público, no entanto, muitos dos imigrantes alemães e descendentes acabavam sendo presos. Foi o que aconteceu com o padeiro, o “Schenck”, conhecido por Ida e Martha. Segundo as irmãs, o motivo da prisão se dera porque o padeiro “falou alemão, porque era alemão”. Este fato, no entanto, não terminou bem, pois em razão da tortura sofrida na cadeia, Schenck acabou por se enforcar na prisão. De acordo com Ida, “O Schenck foi agredido sim, eles botavam ele num tonel”, e Martha complementa: “Até na água tinham posto, o Schenck quase foi afogado... Eles apanhavam”. Ao serem questionadas sobre como a notícia da morte foi recebida, Ida lembra: “Ah, foi um choque, a gente sabia que o coitado era um cara honesto, uma pessoa boa. E no fim não aguentou. Outros conseguiram passar por cima. Muitos foram presos também”.

Outro caso de tortura é referido por Antônio⁴³ e Eli, se referindo ao “poço da angústia” que seria, como descreve o primeiro:

um tanque com água até aqui [altura do pescoço] e com uma bomba não podia parar [de bombear], não sei quantas horas, uma bomba daquelas de bombear água pra fora, daquelas manuais, pois não tinha eletricidade. E com a água até [o pescoço] fica bombeando se não se morre afogado, e os pés presos embaixo e não podia parar.

Delcia⁴⁴ também rememora uma situação envolvendo tortura na prisão:

⁴² GERTZ, René E. Guerra contra cidadãos. **Fronteiras** (Florianópolis), Florianópolis, n.13, 2005. p. 57.

⁴³ BOHN, Antônio Victório. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

O pai do Günter, ele era da Alemanha... ele falava alemão e português também no fim, mas quando ele falou alemão, eles levaram ele lá pra Porto Alegre – assim contaram, né? – e daí eles botavam umas barra de gelo e ele ficou três semanas pingando aquelas barra porque ele falava alemão... Ele era da Alemanha. É, assim, e pingava aquela água gelada no inverno... E ele sem roupa, parece... Isto eles contaram, eu não sei se é ou não é.

As formas de tortura variavam, mas tinham um sentido punitivo que não poderia mudar o sentimento de pertencimento dos considerados “alemães”. Em Santa Catarina, uma das práticas utilizadas pelos policiais era fazer com que o preso ingerisse óleo, como se tal atitude pudesse “abrasileirar” o cidadão. De acordo com Fáveri⁴⁵:

A prática de violentar o estrangeiro, obrigando-o a engolir óleo (diesel, óleo queimado, de rícino, misturado com gasolina), aparece com sentido simbólico de ‘batismo’ [...] [se tornar brasileiro após ingerir óleo]; ou, noutra leitura, forma de humilhar e fazer abrasileirar-se através da violência física, mas também psicológica, forçando-o a renegar sua cultura e seus valores.

Renate, que nasceu em meio ao processo de nacionalização forçada, em 1941, se recorda da prisão do pai, um pastor luterano que chegou a ser deslocado para uma colônia penal do estado:

Mas o meu pai, assim, eles passaram maus bocados com esse negócio de estar lá na colônia penal... lá eles até se davam bem, eles tinham muita folia porque toda a alemoada tava junto lá, plantavam batata e não se esforçavam muito, mas quando ele foi solto, depois de um mês, porque ele veio de vapor... Ele disse que ele comprou um Correio do Povo, se escondeu atrás daquele Correio do Povo e fez de conta que entendia aquilo para não precisar falar com ninguém, né?

⁴⁴ FREITAS, Delcia Laci Lohmann. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

⁴⁵ FÁVERI, 2005, p. 264.

Talvez por ser muito pequena no período em que o pai fora preso, os pais de Renate tenham encoberto o lado negativo da prisão ao contar para a filha. Como a entrevistada afirma, apesar de “maus bocados”, o pai se “dava bem e tinha muita folia” na prisão e, curiosamente, foi esta lembrança que permaneceu na memória de Renate, afinal, de acordo com Pollak⁴⁶, “A memória é seletiva”. Quando questionada sobre o que teria acarretado a prisão do pai, Renate afirma:

Isso alguém deve ter dado parte... Ele só sabia falar alemão, aí então a igreja naquela época mandava estudantes que davam apoio e que tinham que assumir o serviço falando português, e que também tinham que dar aula... Então meu pai aprendeu português assim, né. Mas isso era proibido para todo mundo, quem era alemão, ia preso.

Ao ser instigada sobre o momento da prisão do pai, Renate se lembra de quando ele fora tirado de casa:

Vasculharam. Entraram no escritório. Jogaram tudo no chão, alguns livros levaram junto, que eles achavam que fosse nazista, mas meu pai acho que nem tinha. Mas quando tu não entende nada, tu acha que tudo é nazista, porque era em alemão.

O caso do pai de Renate demonstra como os religiosos eram perseguidos durante a Campanha de Nacionalização e como foi difícil para os pastores e padres da época, assim como para os fiéis, se adaptarem às novas normas. Segundo Carneiro, a repressão por parte do governo tinha como objetivo homogeneizar o pensamento a fim de diminuir os riscos de contestação e:

Sua ação diária [da repressão], calcada em constantes relatórios de vigilância domiciliar, busca e apreensão de provas comprometedoras e constantes prisões acompanhadas de intensos interrogatórios registrados como meros ‘termos de declaração’, perseguia um único objetivo: dominar pela força, definindo as fronteiras entre o lícito e o ilícito⁴⁷.

⁴⁶ POLLAK, 1992, p. 203.

⁴⁷ FÁVERI, 2005, p. 336.

Finalizando os testemunhos sobre algumas “franjas” da guerra no Brasil, ainda temos um caso curioso relatado por Tea. Trata-se de encontros que reuniam, segundo a mesma, os “fãs do Hitler”, e aconteciam na “Hitler Haus” sob a liderança de uma mulher chamada Dora. Segundo Tea, “A Dora então era um pouco mais instruída, era uma senhora solteira, e ela então lia em alemão e explicava muita coisa, porque eles tinham vindo recentemente da Alemanha”. Tea ainda completa: “[...] meu pai nunca participou, mas a mãe gostava dessas coisas...”. Embora os pais de Tea nunca tenham frequentado esses encontros, como afirma a entrevistada, é possível que se referiam à encontros ligados ao nazismo, bem como um movimento de apoio ao Führer na guerra, talvez liderado por Dora.

Saber se os casos de prisões narrados e as reuniões na casa de Dora se tratavam realmente de movimentos de apoio ao nazismo ou simplesmente alguma manifestação do sentimento de pertencimento ao país de origem dos seus ancestrais, é impossível, pois não possuímos comprovações a esses fatos. No entanto, podemos verificar como, na maioria das circunstâncias narradas, o simples fato de falarem o idioma alemão, possuírem objetos e livros provenientes da Alemanha e ainda se reunirem em grupos para ouvir as notícias da guerra, para saber em que condições sobreviviam seus parentes, era considerado suspeito pelos policiais, ou ainda se transformava na oportunidade ideal para que antigas rixas de pessoais viessem à tona e provocassem alguma delação. O abuso de poder por parte das autoridades policiais, bem como por parte dos infiltrados que chegaram a queimar o diário do avô de Eli na frente da família, por exemplo, fez parte do cotidiano dos imigrantes alemães e seus descendentes. Em virtude disso, restava aos “alemães” criar táticas para se defenderem das perseguições, delações e prisões. Segundo Fáveri⁴⁸, “Driblar era também resistir/transgredir”. Abrasileirar os nomes e sobrenomes, esconder ou queimar livros e objetos, além de simplesmente calar-se, como fez Martha ao descobrir que o pai de sua colega apreendia livros alemães, eram as formas encontradas não apenas para prevenir-se, mas também para amenizar as tensões, o medo.

4 Setenta anos depois: a dor em meio à festa

⁴⁸ *Ibid.*, p. 413.

Narradas atualmente, as memórias ouvidas e registradas sobre o processo de nacionalização são instigadas pelo historiador contemporâneo e emergem em meio a um novo momento, em que são escritas outras páginas na historiografia sobre a imigração alemã e seus desdobramentos no sul do Brasil. Como narrou Silvino, quando falava sobre os sentimentos provocados sobre aquele período, no final da entrevista: “Estávamos loucos para ver a página virar”. A página foi “virada”, e os festejos de maio em Estrela atestam um novo horizonte de expectativas para os grupos étnicos, que buscaram, a partir dos anos 1960, novas maneiras para se manifestar, como é o caso da criação dos Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela, e do Festival do Chucrute.

Em conjunto, além de enaltecer uma etnicidade relacionada a uma cultura germânica, no entanto, estas festividades e comemorações delineiam-se como uma seleção e construção de uma memória acerca do passado do município a partir de agentes locais ligados ao poder público municipal, aos setores do turismo e do comércio, como também de descendentes de imigrantes alemães com o intento de preservar costumes e fortalecer laços comunitários. Aos historiadores, os usos no presente desse passado referente à imigração alemã, possibilitam a pesquisa acerca do dinamismo presente nestas relações de identificações que, ao mesmo tempo em que invisibilizam grupos a partir destes processos de construção identitária, também cristalizam memórias e demarcam fronteiras a fim de delimitar sua diferença em relação ao outro. As memórias sobre as “franjas” da guerra e o processo de nacionalização no sul do Brasil, que hoje são narradas acompanhadas do riso ou da dor no município de Estrela, demonstram a dissonância existente em meio à harmonia de sentido pretendida pelas construções identitárias.

Recebido em setembro de 2015.

Aprovado em dezembro de 2015.